Tribunal da Relação de Guimarães
Processo nº 1760/03-2

Relator: LÁZARO FARIA

Sessão: 14 Novembro 2003

Número: RG

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: RECLAMAÇÃO

Decisão: IMPROCEDENTE

ADMISSÃO DO RECURSO

Sumário

1. O despacho que, no processo executivo, pode ser proferido, não se encontrando bens penhoráveis, no sentido dele aguardar nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 51.º n.º 2 al. b) do C. C. J., não é de mero expediente.
2. In casu, o despacho não admite recurso por ausência de valor (art.º 678.º n.º 1 do C. P. C.).

Texto Integral

"A", em processo que corre termos no Tribunal Judicial de Amares, em que é exequente - n.º 603-A/2001 - interpôs recurso de despacho proferido pelo Mmo. Juiz, pelo qual, face à procura infrutífera de bens a penhorar, ordenou que os autos aguardassem nos termos do art.º 51.º n.º 2 al. b) do C. C. J.. Era pretensão da exequente que, nesse caso, os autos aguardassem nos termos e para os efeitos do art.º 285º do C. P. C.; o que, tendo sido requerido, foi pelo Mmo. Juiz indeferido.

Interposto recurso, este não foi admitido, por ter sido entendido tratar-se de um despacho de mero expediente.

A reclamante impugna, defendendo que "in casu" o despacho envolve a formulação de um juízo de valor - "por facto imputável às partes", diz o art.º 51º n.º 2 al. b) do C. C. J. - logo um "Juízo de culpabilidade"; e, para esta formulação, o juiz tem de se pautar "por critérios de legalidade estrita".

Não se trata, pois, de um despacho de mero expediente.

- Conclui, em síntese.

Quid juris ?

Definindo a lei como despacho de mero expediente “aquele que se destina a prover ao andamento regular do processo sem interferir no conflito de interesses entre as partes” - n.º 4 do art.º 156º do C. P. C. - ou entendendo-se na Jurisprudência, como despacho de mero expediente, aquele que, proferido pelo juiz, não decidindo de qualquer questão de forma ou de fundo, se destina principalmente a regular o andamento do processo (vide ac. R. L. In C. J. - 1979 - 2º - 585), afigura-se-nos que a decisão não é simplesmente linear.

Na verdade, de acordo com o teor daquele n.º 4, despacho de mero expediente é aquele que:

- a) provendo ao andamento regular (o sublinhado é nosso) do processo,
- b) não interfere no conflito de interesses entre as partes.

É integrado assim, pois, por elementos/pressupostos que, só estando conjuntamente verificados, conduzem à conclusão de que, nesse caso, se está perante um despacho de mero expediente.

Ora, neste caso, que se não verifica o segundo pressuposto, tal parece-nos evidente.

Com efeito, nos termos do art.º 45º n.º 2 do C. P. C., no processo executivo, “para efeito do processo aplicável, o fim da execução pode consistir no pagamento de quantia certa, na entrega de coisa certa, ou na prestação de um facto, quer positivo quer negativo”.

É qualquer um destes o fim da execução e constitui, em cada caso, o objectivo “do conflito de interesses entre as partes” (n.º 4 do art.º 156º citado).

Ora, o despacho recorrido em nada interfere ou belisca esse conflito de interesses já que, apesar de proferido no processo, em nada afecta o direito de que a exequente é titular relativamente aos executados nem a posição destes perante a exequente.

O conflito de interesses entre as partes sai, pois, incólume, apesar do despacho recorrido.

Quanto ao 1.º pressuposto, dir-se-á que:

Só o despacho que prover ao andamento regular do processo é que integra o conceito de “mero expediente”.

Ao contrário, aquele que, a pretexto de dar andamento ao processo, o faz de forma não regular, não preenche tal conceito; e, por isso, neste caso, o despacho não é de mero expediente.

Sobre este aspecto, valoriza-se assim o conceito de “andamento regular” que a lei contém, e que se afigura de clara relevância.

Com efeito, nesta vertente, o juiz não actua de forma livre mas no cumprimento de uma actuação vinculada que se traduz na obrigação de ter de dar andamento ao processo no estrito cumprimento das “regras” legais pertinentes aplicáveis, e que no seu todo compõem o objecto dos vários códigos processuais.

Na vigência do anterior n.º 2 do art.º 679º do C. P. C., definia-se despacho de mero expediente como compreendendo este conceito aqueles que se destinavam a regular, de “harmonia com a lei”, os termos do processo.

E na vigência desta norma, entendia-se que, em síntese, se o despacho estava de harmonia com a lei, e se destinava a regular os termos do processo, era de mero expediente; se, ao contrário, embora destinando-se a regular o andamento do processo, o fazia com violação da lei, não era de mero expediente.

Vide, neste sentido, várias notas e acórdãos de que, em síntese, se faz menção, a saber:

- art.º 679º in C. P. C. anotado de A. Neto - nota 4 -

« O tema do « despacho de mero expediente», terminologia que surge com o Decreto n.º 12 353, de 22 de Setembro de 1926, é tratado a propósito da matéria de recursos. A incidência de tal matéria obrigou o legislador a considerar que apenas são de mero expediente os despachos proferidos «em harmonia com a lei». Efectivamente, não é a desarmonia com a lei que retira ao despacho a natureza de mera rotina. O que acontece é que se ele for proferido com a violação das disposições legais é recorrível , ao contrário do que se passa na hipótese inversa.

Por exemplo, o Juiz marca dia para o julgamento. Tal despacho é de mero expediente se estiverem produzidas todas as provas que o devam ser antes da

audiência final, mas já o não será se ainda não tiver expirado o prazo marcado nas cartas. (n.º 1 do art.º 647º do Cód. Proc. Civil) (C. M., em anot. Ao Ac. STJ, de 14.05.1974: *BMJ*, 237.º - 151) » .

- nota 13 II -

« - O despacho de aditamento da audiência, embora de mero expediente, tem de conformar-se com o condicionalismo legal e, por isso, é recorrível (art.º 679.º, n.º 2, do Código de Processo Civil) (Ac. STJ, de 8.4.1987: *BMJ*, 366.º-281) »

- nota 15 V -

« - Não são despachos de mero expediente os que, em desarmonia com a lei (infringindo-a, portanto), regulam os termos do processo (Ac. RC, de 28.6.1988: Col. Jur., 1988 ; 4.º-41)» .

- Ac. Relação de Lisboa -

24/02/94

Proc.º 0067516

N.º Convencional (Pág. Internet) JTURL00014578

« Nos despachos de mero expediente compreendem-se os que se destinam a regular, de harmonia com a lei, os termos do processo, visando apenas o andamento deste, sem decisão de questões nem ofensa dos direitos processuais das partes » .

- Ac. Relação de Lisboa -

02/07/92

Proc.º 0044386

N.º Convencional (Pág. Internet) JTURL00000083

« É ponto assente que a irrecurribilidade dos despachos aludidos no artigo 679 n.º 1 do Código de Processo Civil deixa de verificar-se se os mesmos não forem proferidos “em harmonia com a lei”, pois que, nesta hipótese, “haverá prejuízo processual para as partes, o que as legitima a impugnar o respectivo acto por via do recurso ordinário, quando este, nos termos gerais, for admissível (cfr. J. Rodrigues Bastos, in Notas ao Código de Processo Civil,

1972, III, página 271, e Alberto dos Reis, in Código de Processo Civil Anotado, V, página 249)» .

- Ac. Relação de Lisboa -

02/12/92

Proc.º 003557

N.º Convencional (Pág. Internet) JTRL00017552

« I - Se está em causa um despacho que apenas pretendeu regular os termos do processo de harmonia com a lei, tal despacho qualifica-se de mero expediente e dele não cabe recurso (artigo 679 do Código de Processo Civil)»

Com as alterações introduzidas pelo Dec. Lei n.º 329-A/95 de 13/12, passou a definir-se o despacho de mero expediente no n.º 4 do art.º 156º do mesmo Código, conforme já atrás foi referido.

E sobre este aspecto escreve o Prof. Lebre de Freitas, em nota 3 ao art.º 156º do seu Código de Proc. Civil Anotado - pg. 277 - que:

«Os despachos de mero expediente, diz-se agora, são aqueles que “destinam-se a promover ao andamento regular do processo, sem interferir no conflito de interesses entre as partes”. É noção mais completa do que a que constava do anterior art. 679-2 (“os que se destinam a regular, em harmonia com a lei, os termos do processo”). Já **Alberto dos Reis**, no CPC cit., V, ps. 249 e 250, dizia que “por meio deles o juiz provê ao andamento regular do processo”, não sendo “susceptíveis de ofender direitos processuais das partes ou de terceiros”, isto é, que se tratava de “despachos banais, que não põem em causa interesses das partes, dignos de protecção”. A supressão da expressão “em harmonia com a lei” não é inocente: procurou-se assim reforçar a nitidez da figura, em detrimento da margem de admissibilidade do recurso dum despacho de mero expediente com fundamento na não observância da lei em que ele se funda (cf. **Castro Mendes**, DPC cit., III, ps. 44-45), sem prejuízo da sua anulabilidade, nos termos gerais do art.º 201, por ter sido proferido quando a lei não consentia no momento processual em que o foi (ver, a título exemplificativo, o n.º 3 da anotação ao art.º 155).»

E em nota 2 ao art.º 679º deste mesmo Código, a dado passo, escreve-se: “...se trata de despachos banais, que não põem em causa os interesses das partes, dignos de protecção...” - citando-se A. dos Reis in C.P.C. anotado, V, pg. 249.

Também in Manual dos Recursos em Processo Civil de Fernando Amâncio Ferreira - Cons.º Jubilado - 3.ª edição - 2002 - pg. 111, se escreve: "... Advirta-se, contudo, que estes despachos só são irrecorríveis se forem proferidos de acordo com a lei; se o não forem, por admitirem, em determinado processo, actos ou termos que a lei não prevê para ele, ou sendo previstos, se forem praticados com um condicionalismo diferente do legalmente previsto, já esses despachos admitirão recurso."

Face a todo o atrás exposto temos assim por certo que, embora a alteração legislativa tenha tido como finalidade uma melhor e mais completa clarificação do conceito, nomeadamente com a introdução da sua II parte - "sem interferir no conflito de interesses entre as partes" - mantendo-se, fundamentalmente, quanto ao restante, válido o "entendimento doutrinal anterior sobre a matéria" - como entende o Prof. Lebre de Freitas em nota citada ao art.º 156º e se contém na obra Manual dos Recursos em Processo Civil citada, o despacho recorrido, pelos fundamentos mesmo implícitos e pelas suas consequências necessárias, para a exequente, não é de mero expediente.

Na verdade, pelo art.º 51º n.º 2 do C.C.J. al. b), o processo é remetido à conta desde que "parado por mais de três meses por facto imputável às partes".

Ocorre, assim, que nem o despacho é inócuo relativamente a qualquer das partes, já que lhe acarreta um ónus, uma consequência perniciosa que implica pagamento de custas, ainda que só como garantia de custas finais; como ainda carece o juiz de diligenciar, dir-se-ia, "julgar" sobre se a causa da paragem é imputável às partes; e, no caso, se a uma só, ou a ambas e, até, neste caso, em que medida.

É ainda discutível, se em caso como o subjudice é aplicável esta norma ou o art.º 285º do C.P.C..

Por isso, todos estes factos fundamentam a sua não qualificação de "mero expediente".

Mas, não sendo de mero expediente, mesmo assim, in casu, não é admissível recurso.

Com efeito, nos termos do art.º 678º do C. P. C., para que seja admissível recurso, necessário se torna que:

a) O processo tenha valor superior à alçada do tribunal de que se recorre; e, concomitantemente, que

b) a decisão impugnada seja desfavorável ao recorrente em valor também superior a metade da alçada desse mesmo tribunal.

Isto, como é evidente, na perspectiva do valor, para obviar a que um Tribunal Superior seja colocado na situação de ter de estar a julgar pequenas situações de litígio, no caso, “bagatelas económicas” – dizemos nós – inadequadas à Dignidade de que é titular, e Lhe é devida.

Ora, a alçada do Tribunal de I Instância é de € 3.740,98 sendo a sua metade de € 1.870,49 – Lei n.º 3/99 de 13/1 – art.º 24.º n.º 1.

Assim, em processo de valor inferior à dita alçada, o Mmo. Juiz decide sem recurso, salvaguardando as hipóteses dos n.ºs seguintes ao 1.º do art.º 678.º do C. P. C.; assim como não é admissível recurso, sempre que, apesar daquele valor ser superior à alçada do tribunal, a medida de vencido seja igual ou inferior a € 1.870,49.

Dir-se-à pois que o Mmo. Juiz da I instância, apenas na perspectiva do valor, decide sempre, sem recurso, até € 1.870,49, em processos de valor superior à alçada do respectivo tribunal.

No caso, não está em causa nem o conflito de interesses entre as partes nem qualquer decisão que, sequer, em nenhuma medida, nele se repercuta.

Trata-se de um mero incidente do processo – incidente em sentido amplo – que, economicamente, é contabilizável e está contabilizado, independentemente do fundo da causa, cujo valor ascende a € 133,68.

Mas mais.

Pelo despacho recorrido, a recorrente não é condenada a nada; dele não resulta quaisquer consequências definitivas, são apenas provisórias.

Trata-se apenas como que de uma garantia de pagamento de custas, cuja quantia paga em virtude da conta elaborada, nos termos do n.º 4 do cit.º art.º 51.º, “entra em regra de custas se o processo vier a prosseguir”.

São, assim, as consequências do proferido despacho ainda menos gravosas do que seriam, para a recorrente-reclamante, caso aquelas fossem efectivas.

Face a todo o exposto, resultam as seguintes conclusões:

1.ª O despacho que, no processo executivo, pode ser proferido, não se encontrando bens penhoráveis, no sentido dele aguardar nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 51.º n.º 2 al. b) do C. C. J., não é de mero expediente.

2.ª In casu, o despacho não admite recurso por ausência de valor (art.º 678.º n.º 1 do C. P. C.).

Assim, mantém-se o despacho de não admissibilidade do recurso, improcedendo a deduzida reclamação.

Custas pela reclamante,

taxa de justiça 2 UC's.

Notifique.

Guimarães, 14/11/03.